

RETRATO DO BRASIL Segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas, 50 milhões de brasileiros vivem em situação de indigência

Crianças são 45% dos indigentes do país

DA SUCCURSAL DO RIO

Estudo divulgado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) informa que as crianças são o grupo menos favorecido da sociedade brasileira: 45% dos indigentes do país têm menos de 15 anos, embora essa faixa etária represente 30% do total da população.

Para o economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV, que coordenou o es-

tudo "Mapa dos Ativos - Combate Sustentável à Pobreza", o descaço das políticas públicas com as crianças tem explicação no campo eleitoral. "Crianças não votam", resume Neri, cujo trabalho dá sequência ao "Mapa do Fim da Fome", divulgado em julho.

O objetivo da série é dar subsídios aos governos para a formulação de políticas sustentáveis de erradicação da miséria. A FGV recomenda prioridade para as poli-

ticas voltadas às crianças.

O texto realinha que 50 milhões de brasileiros vivem em situação de indigência, pois não atingem a renda mínima individual de R\$ 80 por mês para o consumo diário de 2.280 calorias necessárias à sobrevivência humana.

Fundo

Neri diz que a pobreza poderia ser eliminada se os não indigentes contribuíssem, individualmente,

com R\$ 15 por mês para um fundo de combate à pobreza. Se cada um dos 119 milhões de brasileiros que estão acima da linha de pobreza abrisse uma conta de poupança de R\$ 3.000, o juro mensal de 0,5% da aplicação daria os R\$ 15 por mês, afirma o economista.

O estudo conclui que o investimento em educação e o ativo social de maior retorno. A cada ano adicional de estudo, a renda do trabalho aumenta, em média,

16%. A taxa de ocupação também cresce com a escolaridade.

Segundo a fundação, cada ano a mais na escolaridade média da população brasileira provoca um aumento de 0,35% no crescimento econômico per capita e uma redução de 0,26% na taxa anual de crescimento da população.

Há uma correlação direta entre o aumento do estudo e a redução de mortalidade. Segundo Neri, para cada ano a mais de escolaridade média há um aumento de dois anos na expectativa de vida.

O estudo recomenda investimento na capacitação dos trabalhadores informais, que são chefes de 58% das famílias pobres.

A FGV também recomenda o estímulo à criação de sindicatos e associações profissionais.

O estudo conclui que a participação em sindicato reduz em 37% a chance de uma pessoa se tornar miserável.

DIREITOS HUMANOS

Grupo Doutores da Alegria é homenageado

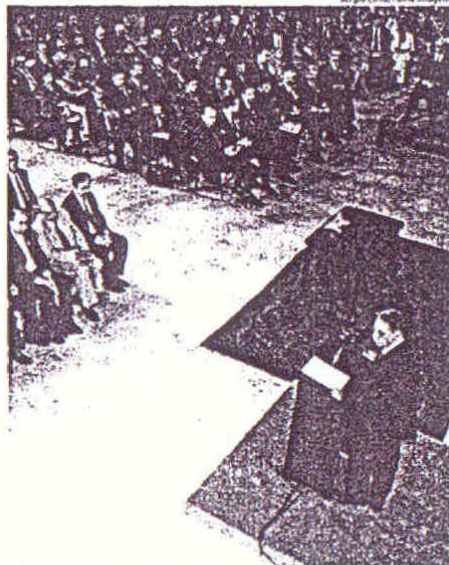
DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

O grupo Doutores da Alegria, formado por 25 atores profissionais com formação e experiência no teatro e no circo, recebeu ontem menção honrosa do Prêmio Direitos Humanos 2001 concedido pelo governo federal.

Criado em setembro de 91 em São Paulo, o grupo já visitou mais de 200 mil crianças internadas em hospitais para incentivá-las a enfrentar a doença "com alto astral".

O comitê de julgamento, presidido pelo secretário de Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro, avaliou que o grupo presta serviço humanitário de grande valia.

Na categoria organizações não-governamentais, o primeiro lugar foi concedido ao Centro da Mulher 8 de Março, que tem sede em João Pessoa (PB).



FHC durante entrega do prêmio Direitos Humanos 2001

Sérgio Lima/Folha Imagem

CIDADANIA Portaria vale para cargos de confiança e terceirizados

Ministério da Justiça cria cotas para negro, mulher e deficiente

DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

O ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, assinou ontem portaria que cria cotas de 20% para negros, 20% para mulheres e 5% para deficientes físicos ou mentais para os servidores do seu ministério que não têm vínculo empregatício —ocupantes de cargos de confiança e funcionários de empresas terceirizadas.

Pela portaria, a meta deverá ser atingida até o final de 2002, que coincide com o final do governo.

Segundo o chefe de gabinete da Secretaria de Direitos Humanos, Marcos Pinta Gama, é possível que a meta não seja atingida porque não haverá demissões em razão da política de ação afirmativa.

Gama disse que o ministério ainda não sabe o total de funcionários sobre o qual incidirá as co-

tas e nem quantas pessoas que preenchem os requisitos das cotas já estão contratadas.

Segundo ele, o critério para definir a cor é o mesmo do IBGE, ou seja, a auto-identificação. Ele disse também que os percentuais das cotas não devem ser somados. "Não estamos reservando 45% das vagas para a ação afirmativa, porque uma pessoa pode preencher dois ou três requisitos e então contará por dois ou três."

O Ministério da Justiça é o segundo a adotar cotas. O primeiro foi o do Desenvolvimento Agrário, onde essa política já levou a contratação de negros por empresas prestadoras de serviços. Uma comissão vai estudar a extensão das cotas para todo o serviço público federal.

A portaria da Justiça foi assinada no Palácio do Planalto, duran-

te solenidade destinada à entrega do Prêmio de Direitos Humanos. O presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu do secretário de Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro, o Programa Nacional de Direitos Humanos, que será submetido hoje a consulta pública no site do Ministério da Justiça.

FHC defendeu "políticas universais e específicas na questão de gênero e raça" e anunciou que o Instituto Rio Branco, que forma os diplomatas brasileiros, dará bolsas de estudo a 20 negros, para que concorram com mais chances ao seu vestibular.

O presidente disse também que discorda do rebaixamento da idade mínima para responsabilização penal de 18 anos para 16, em discussão no Congresso.

Consulte o Programa Nacional de Direitos Humanos no site www.mj.gov.br.